

# ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR UM SERVIÇO EDUCACIONAL EM DISPUTA QUE VISA A EFETIVIDADE DA ESCOLARIZAÇÃO

Márcia Pereira Martins Vale<sup>1</sup>

UCSal, [marciapereiraaprendizagem@gmail.com.br](mailto:marciapereiraaprendizagem@gmail.com.br)

Ive Carolina Fiuza Figueirêdo Milani<sup>2</sup>

UNEB, [ivemilani@gmail.com](mailto:ivemilani@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD) é um serviço educacional que visa assegurar o processo de escolarização de alunos impossibilitados de frequentar a escola comum por questões de saúde temporárias ou permanentes. Esse serviço acontece em ambiências domiciliares :casas de passagem, casas de apoio, casas-lar e/ou residência.

O APD integra o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Básica, modalidade Educação Especial (2009). No art. 5º assegura o direito ao atendimento em hospital ou residência, durante períodos prolongados de internação, e no art. 6º garante a continuidade pedagógica por meio da Educação Especial de forma complementar ou suplementar, assegurando a escolarização dos alunos em situações de saúde.

Sua relevância e especificidade o coloca como um serviço em disputa, no âmbito da política pública e práticas pedagógicas ao abranger tensões entre a garantia constitucional do direito à educação (art.205 da Constituição Federal/1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), frente às condições de escolarização e organizacionais das redes de ensino e ao acesso e permanência escolar a todos os cidadãos.

A metodologia deste trabalho se estrutura na pesquisa documental e bibliográfica, de caráter qualitativo, que encadeia: a análise das bases legais e normativas sobre a

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Políticas Sociais e Cidadania Universidade Católica do Salvador (UCSal), Mestra em Políticas Sociais e Cidadania UCSal.

<sup>2</sup>Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).



obrigatoriedade da educação e fazem menção ao APD, e a sistematização da produção acadêmica entre 2004-2025.

## DESENVOLVIMENTO

O APD é um serviço educacional amparado pela Constituição Federal e por diversos marcos legais. Sua referência inicial é o Decreto-Lei nº 1.044/1969, que assegura a continuidade escolar a estudantes em tratamento de afecções. A Lei nº 13.716/2018 incluiu na LDB o art. 4º-A, garantindo atendimento educacional em regime hospitalar ou domiciliar. A Lei nº 14.952/2024 acrescentou o art. 81-A à LDB, prevendo regime escolar especial para estudantes impossibilitados de frequentar aulas por motivo de saúde. O Decreto nº 12.686/2025, alterado pelo Decreto nº 12.773/2025, consolidou a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e ajustou suas diretrizes.

Apesar deste arcabouço legal, o acesso ao APD ainda é limitado e invisibilizado na nossa sociedade. A ausência de uma política pública unificada que determine diretrizes específicas para sua implementação, deixa sob a responsabilidade das redes estaduais e municipais a criação de normativas próprias para o oferecimento e organização do APD.

Este serviço educacional localiza-se num campo de disputa, nos planos jurídico e pedagógico, ao tensionar sua efetividade como política inclusiva voltada para o acesso a educação, igualdade, equidade, diversidade, superação de desigualdades e justiça social. No campo pedagógico, o APD se distancia completamente do modelo de escolarização tradicional, as práticas pedagógicas são inclusivas e diferenciadas para atender as necessidades de aprendizagem de cada aluno (a) de acordo com sua situação de adoecimento, respeitando seus limites e potencialidades.

A produção acadêmica (teses e dissertações) compreendidas entre 2004-2025 (Gianelli, 2004; Souza, 2014; Machado, 2017; Salla, 2017; Silva, 2019; Oliveira, 2021; Vale, 2022; Milani, 2022; Romeiro, 2023; Dombroski, 2024), apontam a urgência de política pública em nível nacional por meio de uma lei federal que garanta e regule o APD. Convergem sobre a insuficiência de formação docente, a importância da prática pedagógica inclusiva, intencional e individualizada, a utilização de diversos recursos



pedagógicos e tecnológicos para o desenvolvimento do processo de escolarização deste serviço educacional.

## CONCLUSÕES

Ao assegurar o direito a educação, a legislação protege e reafirma os princípios pedagógicos de inclusão, equidade e respeito à diversidade, independentemente das condições de saúde. As pesquisas evidenciam a necessidade de uma política pública unificada que normatize o APD, para que estados e municípios não se eximam da responsabilidade de implementação, execução e viabilidade deste atendimento. Destacam que o APD promove justiça social e educacional, ao garantir que os estudantes, independentemente de suas condições de saúde, tenham assegurado acesso e permanência escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto LEI Nº 1.044. 21 de outubro de 1969.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm) Acesso em: 12.fev.2026

BRASIL, **Lei que garante atendimento educacional a aluno internado para tratamento LEI Nº 13.716, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm) Acesso em: 12.fev.2026

BRASIL, **Lei nº 14.952 de 06/08/2024.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/l14952.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14952.htm) . Acesso em: 12.fev.2026

BRASIL, **Decreto nº 12.686 20/10/25.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm). Acesso em: 12.fev.2026

BRASIL, **Decreto nº 12.773 08/12/25.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12773-8-dezembro-2025-798454-publicacaooriginal-177304-pe.html>. Acesso em: 12.fev.2026

BRASIL. **Lei Federal nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 12.fev.2026

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal/ Centro Gráfico, 1988.

DOMBROSKI Simone Gardes. **Uso de tecnologia assistiva no atendimento pedagógico domiciliar:** processo de ensino de estudante com atrofia muscular espinhal



(AME) tipo 1 2024. 111 f Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Universidade Federal do Mato Grosso Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=15599877](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15599877) . Acesso em: 12.fev.2026

GIANNELLI, Maria Inez Della Vecchia; MRECH, Leny Magalhães. **Atendimento pedagógico domiciliar**: uma escuta para tecer laços. 2004.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Faculdade de Educação. Disponível em: Acesso em: <https://repositorio.usp.br/item/001411259>. Acesso em: 12.fev.2026

MACHADO, Patrícia Mara dos Santos. **O atendimento pedagógico domiciliar**: uma experiência de implantação no sertão da Bahia, para crianças com paralisia cerebral. Dissertação Programa de Pós-Graduação da PUC-SP Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo São Paulo, 2016. 249 f. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/19814> . Acesso em: 12.fev.2026

MILANI, Ive Carolina F. F. **Tecnologias Digitais e a Prática Pedagógica do Atendimento Pedagógico Domiciliar na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce**. Salvador, 2022. 188 f.: il. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC. Disponível em : <https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/37285c74-f45e-4a94-bf64-f1b361948754/content> . Acesso em: 12.fev.2026

OLIVEIRA, Natalia Prado de. **Desafios e perspectivas para quem acompanha a criança enferma no atendimento pedagógico domiciliar**. 2021. 175 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, Disponível em: <https://repositorio.cruzeirosul.edu.br/handle/123456789/2908>. Acesso em: 12.fev.2026

ROMEIRO, Amanda da Silva. **Vida, doença e escolarização dos invisíveis no atendimento pedagógico domiciliar na Bahia**. Salvador, 2023. 142 f.: il. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/4f93bb8f-36b8-4439-938e-8eab0654297a/content> . Acesso em: 12.fev.2026.

SALLA Helma. **Os estudantes em situação de atendimento pedagógico domiciliar: características individuais e os contextos familiares e escolares**. 323 f., il. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022b. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44792> . Acesso em: 01 mar.2024.

SILVA, Andréia Gomes da. **Aprendizagens autobiográficas**: pesquisa-ação-formação com professoras do atendimento educacional hospitalar e domiciliar. Natal, RN, 2022. 288 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação.2019. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48244>. Acesso em: 01 mar.2024.



VALE, Márcia Pereira Martins. **Formação de professores: desafios no atendimento pedagógico domiciliar no processo de escolarização na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce – 2012 a 2020.** 192f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) Universidade Católica do Salvador, 2022. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/4975> Acesso em: 12.fev.2026

ZIOTTI, Mariana Coimbra. **Atuação Docente no Atendimento Pedagógico Domiciliar em Casas de Apoio para alunos em tratamento de saúde** 2021, 127 f dissertação de Mestrado Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14444> Acesso em: 12.fev.2026

